



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	<p>Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-99-7 DOI 10.22533/at.ed.997201504</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 302.072</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

Do uso de softwares para inclusão, passando pelo design de cidades e ambientes, o que se destaca nos dois volumes aqui apresentados são as imbricações entre áreas de conhecimento com vistas a tornar a vida viável.

Diversos em suas metodologias e métricas áreas como economia, administração, arquitetura, geografia, biblioteconomia, entre outras, confluem na preocupação com necessidade de compreender o mundo, superar seus desafios e propor caminhos que apontem para a o uso sustentável do solo, o direito à cidade, o acesso ao conhecimento.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO QUE JULGA PROCEDENTE A AÇÃO DE FALÊNCIA	
Daniel Gomes de Oliveira Guerreiro Celina Rizzo Takeyama	
DOI 10.22533/at.ed.9972015041	
CAPÍTULO 2	15
AS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	
Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira Lorenzo Pazini Scipioni	
DOI 10.22533/at.ed.9972015042	
CAPÍTULO 3	28
COMUNICAÇÃO INTERNA: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DA ÁREA DA SAÚDE	
Marcia Dayana Fernandes Cláudia Marcele de Campos Flávio Bortolozzi Keyla Christina Almeida Portela Alexandre José Schumacher	
DOI 10.22533/at.ed.9972015043	
CAPÍTULO 4	40
CIDADE, ARTE E ARQUITETURA: ESPAÇO FÍSICO, ESPAÇO VIVENCIADO	
Marlise Paim Braga Noebauer David Merkle	
DOI 10.22533/at.ed.9972015044	
CAPÍTULO 5	58
CASAS INTELIGENTES: NOVO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE MORAR	
Luiza Moraes Cosso Flávia Jacqueline Miranda Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.9972015045	
CAPÍTULO 6	69
AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA COM O SOFTWARE SGBIBLIOTECA	
Anderson Francisco de Souza Almeida Cristiana Guerra Matos	
DOI 10.22533/at.ed.9972015046	
CAPÍTULO 7	73
ACESSO À INFORMAÇÃO ACADÊMICA ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Leticia Priscila Azevedo de Sousa Glaucilene Mariano Sales	

Marília Santos Macedo

DOI 10.22533/at.ed.9972015047

CAPÍTULO 8 77

ESTUDO SOBRE EFEITOS DO FENÔMENO DE UNDERPRICING EM OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2016

Bruna Pascualin Tonon

DOI 10.22533/at.ed.9972015048

CAPÍTULO 9 89

INFORMAÇÃO PÚBLICA E INFORMAÇÃO CORPORATIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRANSPARÊNCIA DOS ALGORITMOS PREDITIVOS NAS CIDADES INTELIGENTES

Suzana Mayumi Iha Chardulo

Francisco Carlos Paletta

DOI 10.22533/at.ed.9972015049

CAPÍTULO 10 95

MITOLOGEMAS E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FRENTE ÀS BARREIRAS HISTÓRICO-CULTURAIS

André Felipe Mautoni Monsores

Edneusa Lima Silva

DOI 10.22533/at.ed.99720150410

CAPÍTULO 11 106

PERCEPÇÃO DOS CONTROLLERS SOBRE A UTILIDADE DE SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INTELIGENCIA COMPETITIVA DAS ORGANIZAÇÕES

Percival Queiroz

Josemar Ribeiro de Oliveira

Sofia Inês Niveiros

DOI 10.22533/at.ed.99720150411

CAPÍTULO 12 124

UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE JUIZ DE FORA: CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Gabriela Cruz Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.99720150412

CAPÍTULO 13 136

TECNOLOGIA INCLUSIVA EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA DE USO

Glaucilene Mariano Sales

Letícia Priscila Azevedo de Sousa

Marília Santos Macedo

DOI 10.22533/at.ed.99720150413

CAPÍTULO 14	139
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE POR MEIO DA IDENTIFICAÇÃO BRAILLE DO ACERVO DE BIBLIOTECAS NO IFAM: AGENDA 2030 COMO DOCUMENTO NORTEADOR	
Layde Dayelle dos Santos Queiroz Priscila Pessoa Simoes	
DOI 10.22533/at.ed.99720150414	
CAPÍTULO 15	148
PROJETO PERSONA: CONHECER PARA APRENDER A APRENDER	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Rafael Ângelo dos Santos Leite	
DOI 10.22533/at.ed.99720150415	
CAPÍTULO 16	160
PROCURANDO POR INOVAÇÃO? QUE TAL USAR UMA FERRAMENTA GRATUITA PARA PROCURAR EM 110 MILHÕES DE PATENTES?	
Arnaldo Di Petta Renato Ribeiro Nogueira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.99720150416	
CAPÍTULO 17	180
OS DESAFIOS E DILEMAS ENFRENTADOS PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN_CCJE_UFRJ PARA ADEQUAR O ACERVO AOS NOVOS USUÁRIOS INGRESSANTES COM DEFICIÊNCIA VISUA	
Priscila Gonçalves Soares Josiane Silva de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.99720150417	
CAPÍTULO 18	188
O MERCADO CONSUMIDOR E O DESCARTE DE CELULARES: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO CONSUMO DE “IPHONES” E OS SEUS EFEITOS NA LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-CONSUMO DA APPLE	
Anna Paula Alves Panetta	
DOI 10.22533/at.ed.99720150418	
CAPÍTULO 19	202
O PAPEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA E A LEITURA EM REGIÃO DE POBREZA: UM ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE FUNDÃO	
Gabriela de Oliveira Gobbi	
DOI 10.22533/at.ed.99720150419	
CAPÍTULO 20	213
O BIM NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DESIGNERS PARA AMBIENTES E AS PERSPECTIVAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
Edgardo Moreira Neto Thais Mendes Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.99720150420	
SOBRE A ORGANIZADORA	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

AS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/04/2020

Data de submissão: 03/01/2020

Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira

Graduada em Direito pela Faculdades Nobel; especialização na área de Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Ciências Jurídicas pela Centro Universitário de Maringá
Maringá – PR

<http://lattes.cnpq.br/8591500782530359>

Lorenzo Pazini Scipioni

Acadêmico do Curso de Direito, Centro Universitário de Maringá – UniCesumar. Bolsista PIC – UniCesumar.
Maringá – PR

<http://lattes.cnpq.br/3922752425649800>

RESUMO: Hoje em dia, existe um *déficit* gigante no que consiste a segurança pública. É indubitável que, cada vez mais a atenção dos jornais e da sociedade, tem se tornado as facções; grupos criminosos armados e organizados com um interesse comum. Por isso, o presente trabalho visa explorar desde a origem comum das facções, até os sintomas que permitiram que elas se consolidassem em nossas prisões, comandando-as em muitos casos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos; Estado; Luta;

Opressão.

THE CRIMINAL GANGS IN THE BRAZILIAN PRISONAL SYSTEM

ABSTRACT: Nowadays, there is a huge deficit in public security. There is no doubt that criminal gangs, armed and organized criminal groups with a common interest, have got more and more attention from newspapers and society. Therefore, the present article aims to explore since the common origin of these groups, until the symptoms that allowed them to consolidate in our prisons, commanding them in many cases.

KEYWORDS: Fight, Oppression, Rights, State.

1 | INTRODUÇÃO

Com o desdobrar dos anos, e o aumento do crime no Brasil e a aclamação por uma solução rápida a isso; corriqueiramente envolvendo ações violentas por parte do Estado e também, um código penal mais rigoroso. Em oposto ao que acreditam muitas pessoas “de bem”, isso não se deve ao aumento dos bandidos, ou ao menos rigoroso sistema penal, mas sim, a diversos outros fatores, como a cada vez maior influência das facções sobre os presos,

e também, sobre a população vulnerável das comunidades.

Desde a origem, as facções só conseguiram se estabelecer por conta do constante desrespeito aos direitos humanos feitos por parte do Estado aos acometíveis, que viam, as facções como meio de resistir ao sistema opressor. Nos anos seguintes após a ditadura militar, com a mudança para um governo democrático, que respeito aos direitos humanos básicos; veio também, a esperança que nenhum abuso mais seria cometido por parte do Estado. Todavia, tal ideal foi rapidamente desrespeitado¹, juntamente com a recém promulgada Constituição Federal.

Apesar de tal fato ser celebrado por uma ala mais conservadora da sociedade, sempre exaltando o grito “bandido bom, é bandido morto”. Por outro lado, o genocídio foi um tiro pela culatra, pois foi com ele que criminosos e alguns relativos encontraram a desculpa perfeita para desrespeitar a lei e a ordem.

Ainda contemporaneamente, é evidente que nada do que o governo tem proposto até agora tem de fato combatido os criminosos, sobretudo as facções. Ainda assim, existem aquelas pessoas que se recusam a buscar novas alternativas, filiando-se a pensamentos ultrapassados, de simples encarceramento, pensando que ao tirar os meliantes das ruas, o crime cessará. Buscar-se-á, portanto, fazer um pequeno compilado de informações acerca das facções, desde sua origem, até sua consolidação, demonstrando os principais fatores que permitiram a sua forte influência nos presídios de hoje em dia.

2 | AS FACÇÕES E SUA ORIGEM EM COMUM

As facções são um grande problema ao país. De acordo com uma pesquisa exposta pela colunista Malu Delgado, atualmente existem no país, mais de 80 organizações criminosas² dentro dos presídios. Algumas delas, como o CV³, PCC⁴, FDN⁵, tem uma influência por todo o território nacional. Porém, existem muitas outras que possuem apenas uma atuação local, sendo muitas delas subdivisões ou facções parceiras das facções de maior porte (2017).

Para se entender como chegou-se a esse calamitoso ponto, deve-se compreender primeiramente, o porquê de várias organizações independentes funcionarem relativamente bem, apesar de todos seus contrapostos. Para o professor de história Eduardo Migowski, a razão do modelo apresentado pelo CV funcionar em

1 São bem comuns reportagens de arbitrariedades policiais apresentadas em telejornais hoje em dia

2 A Lei 12.850/2013 definiu organização criminosa como sendo” a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. ”

3 Comando Vermelho, principal influência no Rio de Janeiro

4 Primeiro Comando da Capital, principal influência em São Paulo

5 Família do Norte, principal influência no norte do país.

outros cantos do país é que eles possuem um ponto em comum: a opressão por parte do Estado (2018), deixando os presos totalmente desamparados, o que os leva a recorrerem ao mais primitivo modelo de controle social, a força.

Ainda segundo o historiador, o desamparo social é a principal razão pela qual não vemos; por exemplo, facções criminosas em prisões na Holanda, onde cumpre-se o que está na lei e conseqüentemente a população carcerária é baixa (MIGOWSKI, 2018). Ligado a isso, está também outros inúmeros fatores, como a desigualdade social, violência policial, entre outros (SZABÓ, 2018).

Contextualizando agora, será abordado a história do Comando Vermelho, uma das mais influentes atualmente. Os brotos da Comando surgiram ainda na década de 70, no Instituto Penal Cândido Mendes; apelidado por muitos como “Caldeirão do Diabo”, e não era por menos, já que nesse presídio, localizado em uma ilha carioca, o único meio de sobreviver, era por meio da demonstração de força. Como bem demonstrou o jornalista Percival de Souza, os novos condenados que lá chegavam, passavam por uma espécie de “processo seletivo”, feito pelos presos que ajudavam na administração prisional (1983).

O intuito do processo era pré-definir o que o novo preso seria; se seria “soldado”, um “zé-ninguém”, ou a “mulherzinha” da prisão (SOUZA, 1983). Além desses absurdos, era comum também na prisão, roubos e agressões. De praxe, a administração prisional, apesar de diversas denúncias internas, fazia vista grossa para eles; usando inclusive, de detentos específicos para servir como carcereiros paralelos fazer o que eles não podiam; dar medo nos detentos e evitar que eles se rebelassem.

A filosofia política moderna bem nos demonstra que ao perceberem sua fragilidade individual, os indivíduos abrem mão de uma parte de sua liberdade em troca de segurança (DALLARI, 1995). Foi então, como consequência do anarquismo vigente naquele lugar, e sem deixar outra opção aos presos, que surgiram as “falanges”; primogênito das facções. Entre os diversos grupos, destaca-se a falange da LSN, rebatizada depois como falange Vermelha e em fim renomeada como Comando vermelho (SOUZA, 2006).

Com o surgimento de vários outros grupos de sobrevivência, veio também a divisão do poder, a maioria com o mesmo interesse, sobreviver. Inevitavelmente, haveria apenas uma maneira de conseguir a ordem definitiva; após intenso combate (MIGOWSKI, 2018). Foi quando, no dia 17 de setembro de 1979, ocorreu a guerra das falanges dentro do Caldeirão do Diabo, considerada uma das maiores rebeliões com mortos da história nacional.

Após o fim do confronto, a ordem estava finalmente estabelecida; não por parte dos carcereiros, mas sim, da falange da LSN, que reinava sobre os dizeres “paz, justiça e liberdade” (SOUZA, 2006). O objetivo da falange era sobreviver a

adversidade extrema e objetivava o Estado como inimigo central de todos os integrantes do grupo, e foi o que conseguiu no começo dos anos 80.

Alguns anos após o confronto das falanges, o nome “falange da LSN” havia sido mudado – pelos jornais – para falange Vermelha e por fim, para Comando Vermelho, o mais temido grupo de criminosos do RJ. Segundo um dos próprios criadores do CV, isso aconteceu para botar mais medo na população; eles queriam associar o termo “Comando ou falange Vermelha (a)”, com o comunismo, pois como bem se sabe, uma população é mais facilmente controlada quando está com medo (LIMA, 2001).

O Comando Vermelho, a partir daquele instante, começou a ser alvo não só de detentos revéis, mas também, da sociedade; que aceitava ter os direitos dos encarcerados desrespeitados. Vale lembrar também que o século passado foi marcante por causa da explosão do narcotráfico no mundo todo, no Brasil, Luiz Fernando da Costa; o Fernandinho-Beira-Mar; foi um personagem de destaque para a difusão dela, principalmente quando ele virou um varejista⁶ experiente (DIAS; MANSO, 2018).

Seguidamente a tomada dos morros cariocas nos anos 90 pelo CV, eclodiu, no interior da Casa de Detenção de São Paulo, a Chacina do Carandiru; lembrada até os dias de hoje como uma das maiores barbáries cometidas pelo Estado brasileiro (FILHO, 2002). Para recordar, no dia 2 de outubro de 1992 a polícia militar do estado de São Paulo, foi acionada, sob o comando do coronel Ubiratan Guimarães⁷ para conter uma rebelião no presídio, o resultado dessa ação, considerada depois como desastrosa e mal preparada (GARCIA, 2013); foi o assassinato de 111 presos, e mais 110 feridos⁸.

No ano seguinte ao incidente, um time de futebol com as siglas PCC, seria o novo estreante no mundo do crime organizado. Motivados por um sentimento de revolta e injustiça – pois o Estado não dava a devida importância aos encarcerados – eles conseguiram, convencer os demais presos de que o real inimigo era o Estado. Assim, em 1993, surgiu o Primeiro Comando da Capital, agora como facção criminosa e com o lema “Irmão não mata irmão. Irmão não explora irmão. Os ‘Fundadores’ são os chefes” (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017). Depois, em 1997, eles estabeleceram

6 No mercado de drogas, existem os atacadistas e os varejistas; o primeiro diz respeito aos traficantes que articulavam na fronteira, e que faziam as drogas vir do Paraguai, Bolívia, Peru e da Colômbia, para o interior. Os varejistas eram os traficantes descartáveis, que vendiam as drogas dentro do Brasil, eram eles que lutavam contra a polícia e contra outros traficantes, por espaço.

7 O coronel foi posteriormente indiciado criminalmente pelos crimes contra os reclusos. Contudo, um ano após sua condenação a mais de 600 anos de prisão, ele foi eleito deputado estadual pelo estado que atuou. Consequentemente, ele foi julgado por tribunal especial e inocentado, o que gerou revolta por várias alas sociais.

8 Edivaldo Godoy, um dos sobreviventes do atentado, relata que nenhum dos presos esperava por aquilo. As ações daquele dia, promovidas principalmente por PMs inexperientes, foram sem dúvida inescusáveis. Ele diz ainda que os policiais entravam em celas e “abriam fogo a vontade”, sem justificativa ou critério para execução.

um estatuto com 18 artigos – modernizado posteriormente⁹ – que regulava como funcionaria o primeiro comando, demonstrando que eles não eram iniciantes.

Ao contrário de como funcionava o Comando Vermelho, o PCC ficou; apesar de comandar, na década de 90, mais de uma dúzia de presídios; muito tempo dependente da agremiação e usava de força contra seus membros, apenas em situações extremas. A principal maneira como o 1533¹⁰ – outro nome para PCC – recrutava integrantes era pelo convencimento de que eles estavam lutando pelo bem comum dos injustiçados. Futuramente, em 1999, o modo de arrecadação de fundos da facção, viria a mudar com a entrada do assaltante de bancos Marcos Willians Herbas Camacho; o Marcola, para a organização (DIAS; MANSO, 2018).

Marcola era considerado por muitos, um gênio, foi ele o responsável em transformar a facção em uma empresa, ele entendia o crime como um mercado, e como qualquer empresa participante no mercado, ele visava aumentar seus lucros (MIGOWSKI, 2018). A solução que Marcola encontrou foi usar os membros livres para a prática de delitos criminosos rentáveis, como roubos a banco e tráfico de drogas; além disso, ele começou a usar da força para aumentar a influência em outras regiões ainda não dominadas por eles (MANSO; DIAS, 2018).

Assim como para o CV, o governo tentou abafar que o PCC existia, alegando que se tratava apenas de um fato isolado; e sempre que ocorria alguma rebelião ou os carcereiros percebiam que um faccionado estava causando problema, ele era transferido para outra unidade, um erro crasso (SOUZA, 2006). Entre as maneiras pela qual estas facções se disseminaram pelo país, é pelas transferências de presos entre a unidade. Basicamente, um membro de facção, quando mudava de presídio para outro, onde os abusos e desrespeitos eram iguais, a primeira coisa que ele fazia era conquistar a confiança dos demais membros, e assim seguia, de transferência a transferência (MANSO; DIAS, 2018); como um vírus.

O crime e o tráfico de drogas seguiam então em alta, e para piorar mais ainda a situação, no início dos anos 2000, Fernandinho-Beira-Mar foi preso, e na prisão ele teve contato com o Primeiro Comando da Capital. Ao invés dos membros do 1533 matarem o líder do CV, como esperado, eles utilizaram da experiência e contatos de Beira-Mar para expandir ainda mais seus negócios e firmar uma aliança entre as facções, elas não se uniriam, mas se ajudariam no que precisassem; “o crime fortalece o crime”, uma das máximas do 1533.

Apesar do aparente clima de união dos criminosos, nem tudo foi pacífico; existiam ainda aqueles que não concordavam com as facções, ou viam nelas, outro meio de opressão. Foi por meio dessa discordância que logo no primeiro dia de 2017,

9 No começo, todas as informações eram concentradas com uma pessoa de confiança, o que botava todo o esquema da facção em risco, isso viria a mudar.

10 1533 são as letras “P”, “C”, “C”, no alfabeto.

no Compaj¹¹, na capital Amazonense, que eclodiu um conflito entre o PCC e a Família do Norte; abreviada como FDN. Após as investigações do que foi considerada uma das maiores chacinas prisionais dos últimos tempos, chegou-se ao conhecimento de que membros do PCC já estavam denunciando que os diretores e carcereiros estavam sendo pagos pela FDN para privilegiar a facção lá dentro (DIAS; MANSO, 2018).

Apesar de a Família do Norte só ter ficado amplamente conhecida após essa tragédia, suas sementes vêm de anos antes, em 2006. Os “pais” da facção iniciaram um projeto similar ao do PCC em São Paulo, eles criaram um estatuto, os salves¹², cobravam cebolas¹³, e usavam das mesmas gírias da facção paulista; era um mimetismo gigante. A ideia de fundar a facção veio, além dos abusos e conflitos internos, os privilégios geográficos que os traficantes detinham, fazendo fronteira com vários países originários de drogas (SOUZA, 2006).

Por alguns anos a FDN permaneceu como um pequeno grupo que se uniu para se fortalecer, revendendo drogas de grandes traficantes e praticando pequenos delitos. Entretanto, em 2010, sem um motivo específico além de crescimento; a facção iniciou sua própria rede de tráfico, atingindo outros estados do Norte e também do Nordeste. Por conta do tráfico de drogas, a Família conseguiu se instalar como a facção que comandava o Norte do país, não aceitando com facilidade os rivais; principalmente membros da facção paulista.

Como dito, quem mandava no Norte do país era a Família do Norte, entretanto como qualquer outro mercado, existia a concorrência. Não muito depois da facção amazonense estabelecer sua rede de drogas, o PCC começou a investir no local; e pior; começou a dar ordens para os membros da família, algo inadmissível para eles. Futuramente, em 2015, ocorreu a gota d’água. Segundo demonstrou os pesquisadores Bruno Paes e Camila Nunes, a FDN quebrou os poucos laços com o PCC porque este havia começado a praticar os batismos¹⁴ nas cidades do Norte, algo extremamente desrespeitoso para a facção rival.

Como meio de se reafirmar como poderosos, e mostrar para os paulistas que quem mandava naquela região eram eles, foi feita a dita rebelião do Compaj. Além do número assustador de mortos, foi a partir daquele momento que a facção do Norte ficou conhecida por todos os outros estados brasileiros. O mais curioso sobre a popularidade da facção, é que, enquanto a maioria das pessoas tomava conhecimento dela por meio de jornais; os membros de outras facções a descobriam por meio de vídeos de WhatsApp, mais especificamente vídeos dos companheiros

11 Complexo penitenciário Anísio Jobim.

12 Salves é o nome do comunicado que os traficantes passam entre si. Os salves são geralmente transmitidos pela boca, por carta, ou pelo celular.

13 Mensalidade dos agremiados.

14 Batismos é um nome usado pelas facções para denominar “recrutamento”. Ao batizar alguém, os padrinhos – os recrutadores – se tornavam responsáveis pelos apadrinhados.

sendo degolados e pendurados, como em um açougue, e sob os dizeres “Cheio de coração de PCC”, demonstrando tamanha rivalidade.

Como meio de se vingar da atrocidade praticada na prisão Anísio Jobim, o Primeiro Comando da Capital ordenou uma vingança contra aqueles que tivessem qualquer conexão com a Família do Norte (MIGOWSKI, 2018). Destarte, no dia 6 de Janeiro, na prisão agrícola de Monte Cristo, os presos promoveram o assassinato de 33 presos ligados direta ou indiretamente à FDN¹⁵, Similarmente ao que ocorreu anteriormente, os faccionados praticaram uma cena dantesca contra seus inimigos e depois compartilhavam tudo pelas redes sociais; em um dos vídeos divulgados, um membro do PCC aparece com um prato na mão e diz “Coração de FDN. O que fizeram com nossos irmãos, nós vamos fazer pior” (MIGOWSKI, 2018).

As 3 facções supracitadas são as maiores no cenário nacional atualmente; todavia, não são as únicas. Existem ainda aquelas que são consideradas de pequeno porte, mas que se não forem corretamente combatidas, poderão se tornar um problema ainda maior no futuro. O maior exemplo que se tem é com o Sindicato do Crime, que surgiu no Rio Grande do Norte, em 2013, para fazer frente ao PCC que, segundo os membros do Sindicato, cobravam uma disciplina rígida e mensalidades muito caras, e que, portanto, não se distinguiam dos carcereiros, oprimindo-os de igual forma.

No começo, a facção veio apenas como contrapeso para o Primeiro Comando, lutando contra as opressões dos “criminosos pelos criminosos”. Contudo, o cenário veio a mudar em 2015, quando, após a prisão de Gelson Carnaúba¹⁶, o Sindicato do Crime decidiu se alinhar com FDN. A popularidade da facção do RN explodiu em agosto de 2016, quando eles engendraram mais de 100 ataques, quase que simultâneos, a mais de 30 cidades, em protesto à instalação de bloqueadores de celular nos presídios¹⁷; demonstrando imenso poder de articulação (MIGOWSKI, 2018).

Mensagens propagadas pela FDN demonstra que as facções, no geral, não surgiram e consolidaram por conta de um bando de “bandidinhos” que, por preguiça de trabalharem, e ter uma vista justa, decidiram se unir e causar o caos na sociedade. O real motivo delas terem se consolidado em bairros pobres e periféricos, além do próprio sistema prisional, é a omissão do Estado e da sociedade em ajudar quem necessita.

15 Segundo reportagens da época, o governo de Roraima – onde fica a prisão de Monte Cristo – a maioria dos mortos não era de membros da FDN, mas de estupradores e outros criminosos que eram discriminados pelos presos.

16 Um dos líderes da FDN

17 Segundo os líderes do Sindicato do RN, não haveria sentido em obedecer às leis que o Estado impõe, se o mesmo não as respeita com os presos, nega-lhes muitos direitos presentes no Art. 5º da CF.

3 | FILIAÇÃO ÀS FACÇÕES COMO MEIO DE PRESERVAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Como foi visto então, filiar-se a uma facção não é uma escolha livre, mas sim, na omissão do Estado, um quesito para sobrevivência. No ramo das profissões, a “profissão” de traficante é considerada de risco; pois, aquele que decide ingressar nela, tem uma expectativa de vida muito baixa, por isso, deve-se desmitificar aquela ideia de que “bandido bom é bandido morto”, ou ainda, que só pratica crime quem quer¹⁸.

Em nossa carta magna, logo no começo de seus artigos, é possível ver alguns direitos garantidos por ela, que, na prática, são desrespeitados.

Constituição federal

Art.1º- A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

[...]

III- A dignidade da pessoa humana

[...]

Art.5º - Todos são iguais perante a lei[...]garantindo-se[...]inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; [...](CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Em se tratando de direitos da personalidade, vale a ressalva de que ainda não existe uma unanimidade doutrinária sobre o assunto; existem aqueles não concordam com todos os direitos elencados por outros doutrinadores, e existem também, aqueles que negam a existência de qualquer direito da personalidade (BELTRÃO, 2014); esse tema sozinho é palco para uma discussão secular, principalmente entre jus naturalistas e jus positivistas.

Com o transcorrer dos anos, após longas discussões, conflitos e revoluções, chegou-se à conclusão quase que unânime e predominante atualmente, que o núcleo basilar dos direitos da personalidade, é a dignidade humana. Ou seja, tudo que da forma ao indivíduo, que chegam a se confundir com ele mesmo e constituem as manifestações da personalidade do próprio sujeito, pode ser dado como um direito personalíssimos (MOTES, 1993).

Estudando os ensinamentos do jus positivista Francesco Messineo, tem se também que não se deve declarar que o ser humano tem direitos à personalidade, sendo essa apenas uma lei maior, que engloba outras menores. Isso porque, a pessoa não pode ser ao mesmo tempo objeto e sujeito do direito (BELTRÃO apud MISSEO, 2014).

18 William da Silva, inclusive explica que, um dos motivos das facções estarem mais presentes hoje em dia, além dos motivos já elencados, é a agressão da sociedade, que cresceu muito neste século; principalmente contra grupos periféricos (LIMA, 1991)

Por outro lado, para o jus naturalista Carlos Alberto Bittar, os direitos da personalidade são inatos, o Estado só fica obrigado de reconhecê-los como tais. Ou seja, para ele, por se tratarem de direitos inatos, os direitos positivados não são os únicos direitos da personalidade, existem outros, que apenas ainda não foram expostos.

A teoria dos direitos inatos, como bem elucidada Beltrão (2014), é uma consequência da reação contra o abuso estatal predominante na França pré-revolução. Ainda segundo tal corrente, a atribuição de inato aos direitos personalíssimos se deve à circunstância deles serem essenciais, naturais ao indivíduo, remetendo a sua existência, ao mesmo momento e fato da existência da própria pessoa.

Apesar de ainda existirem certas divergências sobre estas correntes, uma coisa elas têm em comum; ambas entendem os direitos da personalidade como sendo aqueles direitos mínimos para todo ser humano se definir e expressar. Portanto, direitos como a integridade física e psicológica, o direito a se expressar o direito a ter um tratamento digno diante de castigos, são todos direitos personalíssimos; e é a partir do momento que uma pessoa vê seus direitos mínimos serem desrespeitados, que a facção vê a possibilidade de recrutar um novo integrante

Agora com o entendimento sobre o que constitui os direitos supramencionados, fica mais claro como o *modus operandi*¹⁹ das facções funciona. Como já dito e enfatizado algumas vezes nesse artigo, as facções conseguem dar continuidade aos seus negócios graças a omissão estatal, ou, inclusive, para proteger-se do Estado (SZABÓ, 2018). De início, é evidente e iniludível, a crise em nosso sistema carcerário, onde desde sempre apresentou um *déficit* de vagas, além de ter sempre pensado na prisão mais como um lugar para punir o preso do que reeduca-lo (FILHO, 2002).

No Brasil, a primeira notícia que se tem de uma prisão comum²⁰, vem de 1551, em Salvador, onde ficavam os presos mais simples; ladroes, desertores, etc., os assassinos e negros que ameaçavam seus senhores²¹, eram mandados para a força ou obrigados a fazer trabalhos forçados, as chamadas “galés” (FILHO, 2002). Essa situação perdurou por muitos anos até que ao longo do império, foi emergindo uma cultura sobre o assunto, chegou-se inclusive a considerar “o criminoso como um doente, a pena como um remédio, e a prisão como um hospital” (FILHO, 2002).

Em seguida a promulgação da república e adoção do Código Republicano de 1890, penas forçadas e perpétuas, foram abolidas. A partir da mesma data foi adotado o sistema celular das penas, uma espécie de progressão de regime, tentando mais e mais tornar a pena, mais humanamente possível. Contudo, mais uma vez, acontecia

19 *Modus operandi* é uma expressão latina que determina “modo de agir”.

20 Existiam na época, as prisões eclesiásticas, usado para punições religiosas.

21 A insurreição de escravos era um medo constante dos grandes latifúndios, e após o levante dos negros mulçumanos na Bahia, as penalidades foram ainda mais rigorosas contra os negros escravos.

a gritante diferença entre a letra da lei e a realidade penal.

Logo mais, em 1920, foi inaugurada a prisão do Carandiru, elogiada na época de sua criação, e considerada como “um marco na evolução das prisões” (FILHO, 2002), tempos depois, por conta do desrespeito ao plano diretor da prisão, ocorreu o já mencionado massacre. Semelhante a ela, existem muitas outras prisões com eventos similares, tudo por conta da incapacidade do Estado de gerir bem tais instituições, tendo que conviver hoje com a superlotação²².

O Brasil é agraciado atualmente com a 3º maior população carcerária do mundo; sendo constituída majoritariamente por pessoas condenadas ou em prisão preventiva, ou temporária, e por tráfico de drogas²³ (IGARAPÉ, 2015). Isso não é uma consequência do aumento do número de traficantes, mas sim, uma omissão legislativa em trabalhar sobre o que pode ser considerado tráfico, e o que é consumo próprio²⁴, levando a polícia a prender pessoas que não afetam em nada o quadro geral do narcotráfico, e, por conseguinte, não ajuda a diminuir sua influência sob os meliantes (MIGOWSKI, 2018).

Em uma entrevista feita com o comandante da ROTAM de São Paulo²⁵, o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, o mesmo admitiu existir uma diferença no tipo de abordagem feita entre as comunidades mais pobres e a de um bairro nobre de São Paulo, dizendo inclusive que se colocasse um policial da periferia para lidar com alguém do jardins, ele poderia “estar sendo grosseiro” (ADORNO, 2017). Haja vista que a constituição garante um tratamento igual a todos, esse tratamento diferenciado revela de logo, uma infração, pois, como se é visto em diversos relatos, as abordagens policiais em periferias são, quase sempre, violentas e arbitrárias (SOUZA, 2006); sem qualquer tipo de critério, ao contrário das abordagens no Jardins, que são feitas meticulosamente à risca, pois os policiais sabem que, quem estão abordando é alguém com influência, provavelmente um advogado ou filho de juiz (ADORNO, 2017).

Além da discriminação social, existe a racial. Apesar de ser firmemente negada por uma parcela da sociedade – geralmente branca e de classe média – tal preconceito já foi tema de diversos debates nas nações unidas. Em um dos artigos com o tema “Medo da violência policial e de acusações injustas é maior entre a população negra do Rio”, demonstra explicitamente como que a violência é distribuída de forma não uniforme entre a população, sendo negros, jovens, e do sexo masculino; os alvos

22 Desde 2005, o número de presidiários foi de 361 mil, para 841 mil, em 2018, demonstrando nossa ineficácia de reduzir o crime.

23 Desde o final de 2006 até 2014, a população carcerária cresceu 43,07%; juntamente a isso, a quantidade de presos por tráfico aumentou 132,34%. (Instituto Igarapé, 2015)

24 Por volta de 50% das ocorrências em 2015, envolvendo drogas; os policiais conseguiram apreender não mais que 10 gramas de maconha, número pífio, se o objetivo é de fato acabar com o narcotráfico.

25 Eleita uma das forças policiais mais agressivas do Brasil.

preferidos da violência²⁶ (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Por fim, é de conhecimento público que as nossas prisões sofrem de superlotação, o que por si só, já é uma afronta aos direitos da personalidade. Além desse abuso, e os cometidos entre os presos, há também os cometidos diretamente pelos carcereiros, que, por terem o aval social, praticam irregularidades arbitrariamente contra os presos, tratando-os como animais. Em contrapartida a isso, existe os poucos casos de denuncia feitos formalmente pelos presentes nos presídios, porque existe um certo medo de denunciar e sofrer represália. Segundo MNCPT²⁷, “Os presos podem sofrer qualquer outro tipo de violência. Contudo, é bastante possível que nada seja devidamente comprovado, investigado ou averiguado” (SENADO FEDERAL, 2016).

Outrossim, apesar de haver o direito à assistência jurídica, objetivando o cumprimento do princípio do acesso à justiça, ele é descumprido pelo governo. Ainda de acordo com os dados da ONG “Human Rights Watch”, o principal motivo de os presos não conseguirem os benefícios garantidos na, é a escassez de assistência jurídica ofertada pelo defensor público (MARINER, 1997).

Depois de consideradas as diversas – e constantes – formas de opressão cometidas pelo Estado, fica mais claro entender como o crime aliena mais facilmente os jovens periféricos²⁸. Expõe-se, contudo, que não quer dizer que não há opressão por parte das facções nesses lugares, ela existe. No entanto, é uma opressão diferente da cometida pelo Estado, pois diferentemente da polícia, as facções não surgiram pelo contrato social para proteger a sociedade, elas foram um resultado de seu descumprimento. Além disso, existe nos grupos organizados um senso de pertencimento, pois, como já foi dito, as facções agem onde o governo não está presente, assim, onde existe uma casa sem gás, ou uma família sem remédio, a facção entra com a promessa de dar-lhes o que falta, além, é claro, poder (DIAS; MANSO, 2018).

Ao passo que o jovem é alienado para entrar na facção, recebendo cada vez mais serviços e sendo visto com respeito por seus companheiros, ele começa a passar pelo que os estudiosos chamam de “desfiliação social”. Basicamente, tal termo diz respeito aos vínculos sociais “normais” que o sujeito tem, mas que, ao passo que vai ingressando na facção, os vai perdendo. Mesmo sabendo dos riscos que a profissão perigo tem para os novatos, eles o aceitam, pois para eles, o objetivo acaba sendo aproveitar a vida ao máximo, sem baixar a cabeça, até chegar a hora de partir deste mundo (DIAS; MANSO, 2018).

Em síntese, ninguém entra em uma facção por livre e espontânea vontade,

26 Segundo Samira Bueno, uma das diretoras do FBSP, “Esses medos têm a ver com a interação das comunidades com a polícia. Se você olha o perfil das vítimas da violência letal e de parte expressiva dos presos no Brasil é o mesmo: jovem e negro”

27 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

28 De acordo com o Infopen, metade 50% dos encarcerados tem até 29 anos.

assim o fazem para tentar preservar seus direitos personalíssimos, que, mesmo garantidos constitucionalmente, não são respeitados. Vemos ainda que, mesmo sendo uma das profissões mais perigosas do mundo, milhares de jovens estão dispostos a morrer e matar pelas suas falanges, é uma filiação do mais alto grau, comprovando a capacidade de alienação que as facções possuem.

4 | CONCLUSÕES

Com este trabalho, foi possível concluir que as facções conseguiram se estabelecer no sistema carcerário nacional, a partir de complexas transformações. Enquanto o governo apostava em seu combate com táticas violentas e de abafamento, elas se fortaleciam, usando do discurso de ser “a voz dos presos”. Atualmente, segundo dados supracitados, nós temos no sistema prisional, uma crise de superpopulação.

Ademais, de acordo com as informações mostrados no decorrer do artigo, os presos também carecem de assistência médica, jurídica e de assistência social, cabendo aos presos, usar de seus próprios recursos para tapar a negligência estatal, fortalecendo assim as facções. Tendo usado desse desleixo de direitos, as facções conseguem alienar os mais vulneráveis, utilizando do tráfico de entorpecentes como maneira de aliena-los.

Com isso, é necessário que a realidade se enquadre no que está previsto em nossa constituição e nos demais textos legais, respeitando assim nossos direitos personalíssimos. Apesar de simples, isso não é tarefa fácil, pois como foi exaltado no texto, a violência prisional é algo enraizada na sociedade, surgido anos atrás. Posto isto, é preciso que os sintomas, sejam combatidos, um a um, deixando de considerar as facções como um todo, e entendendo suas particularidades.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Luís. Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota. **UOL**, São Paulo, 24 de set. 2017. Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>>. Acesso em: 02 de ago. 2019

ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. **Crime Organizado: Aspectos processuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Atlas da Violência-IPEA, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 4 de mar. 2019.

CHRISTINO, Marcio Sergio; TOGNOLLI, Claudio. “**Laços de Sangue, a história secreta do PCC**”, Editora Matrix, 2017

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 11ª Ed. São Paulo:

Saraiva, 2017.

FILHO, Luis Francisco Carvalho Pinto. **A Prisão**. São Paulo: PubliFolha, 2002.

FRAZÃO, Fernando. Brasil é o 9º país mais violento do mundo, segundo a OMS. **R7 Notícias**. 17 de mai. 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018>>. Acesso em: 7 de abri. 2019

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra- A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

MARINER, Joanne. O Brasil atrás das grades. **Human Rights Watch**. 1998. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/presos/prefacio.htm>. Acesso em: 09 ago. 2019

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Medo de violência policial e de acusações injustas é maior entre a população negra do rio. 23 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/medo-da-violencia-policial-e-de-acusacoes-injustas-e-maior-entre-a-populacao-negra-do-rio/>> Acesso em: 27 de jul. 2019

MIGOWSKI, Eduardo. **As origens do Comando Vermelho explicam por que o Brasil é tão violento**. 15 de jan. 2018. Disponível em <https://voyager1.net/sociedade/origens-do-comando-vermelho/> Acesso em: 27 de jul. 2019

PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. **Organização Criminosa – Nova perspectiva legal**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

SOUZA, Percival de. **O Sindicato do Crime- PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 2006.

STUCK, Jean-Philip. Carandiru: PMs são condenados a 624 anos por massacre. **Veja**, 3 ago. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/carandiru-pms-sao-condenados-a-624-anos-por-massacre/>>. Acesso em: 02 de ago. 2019

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. **Segurança Pública Para Virar o Jogo**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 46, 51, 52, 53, 62, 73, 75, 76, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 180, 181, 183, 184, 186, 214

Agenda 2030 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147

Algoritmos 89, 90, 91, 92, 93, 94

Apple 188, 190, 192, 193, 194, 198, 199, 200

Arquitetura 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 60, 62, 68, 135, 213, 214, 216, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Arte 31, 40, 41, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 168, 205, 206, 207, 208, 212

B

Biblioteca pública 142, 202, 203, 205, 209, 210, 211

Bibliotecas 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 91, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 180, 182, 183, 186, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 212

Biblioteconomia 89, 147, 179, 181, 186, 212

Big data 89, 90, 97, 104

BIM 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228

Braille 74, 75, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 181, 184

C

Casas inteligentes 58, 60, 61, 67, 68

Comunicação 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 53, 61, 89, 109, 117, 130, 136, 155, 156, 181, 191, 192, 217

Conservação 134

Consumo 24, 60, 63, 65, 79, 97, 181, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 200

Controladoria 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Coparticipação 42, 43, 45

Crime organizado 18, 26

D

Deficiência visual 74, 75, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 147, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Design de ambientes 58, 65, 67, 216

Direito 1, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 25, 46, 51, 90, 101, 102, 103, 104, 142, 163, 203, 207

Dosvox 74, 76, 136, 137, 138

F

Facções 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26

Falência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14

G

Gestão 28, 30, 33, 61, 63, 69, 70, 71, 72, 76, 87, 89, 90, 91, 93, 109, 110, 112, 114, 118, 119, 121, 125, 131, 135, 151, 158, 159, 177, 179, 181, 191, 215, 228

Gestão da informação 89, 90

I

IFAM 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

Inteligência competitiva 106, 108, 109, 116, 117, 119, 120

IPO 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88

J

Julgamento 3, 4, 11, 91, 100, 110, 207

L

Leitura 51, 54, 75, 126, 130, 131, 139, 144, 145, 157, 181, 183, 184, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Logística reversa 188, 189, 190, 193, 197, 198, 199, 200, 201

M

Mercado de capitais 77, 78, 79, 86

Mineração de patentes 160, 162, 176

P

Patentes 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179

Patrimônio 11, 80, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135

Pessoas com deficiência 53, 73, 95, 96, 99, 101, 102, 103, 104, 136, 141, 142, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187

Planejamento urbano 124, 126, 131

Pobreza 6, 141, 202, 203, 204, 205, 209, 211

Políticas públicas 95, 96, 100, 160, 203, 205

S

Saúde 7, 28, 30, 90, 102, 155, 156, 203, 204

Sistema prisional 21, 26

Sistemas de informação 111, 115

Softwares 36, 66, 69, 145, 148, 155, 167, 172, 221, 222

T

Tecnologia assistiva 74, 76, 136, 137, 138, 181, 183, 187

U

Underpricing 77, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 87, 88

 **Atena**
Editora

2 0 2 0